

Invictus Participações S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Período de
9 de Janeiro de 2019
(início das atividades) a
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Invictus Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Invictus Participações S.A. ("Companhia" e/ou "Invictus"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 9 de janeiro de 2019 (início das operações) a 31 de dezembro de 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Invictus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 9 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas - PME "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Ênfase

Companhia em fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que menciona o início das atividades da Companhia em 9 de janeiro de 2019, em fase pré-operacional e que poderá ser necessário um aporte adicional de recursos por parte dos acionistas. As demonstrações contábeis estão apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a PME, emitido pelo CPC e aprovado pelo CFC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Wellington-França Da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 260165/O-1

INVICTUS PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2019</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>1.475</u>	Fornecedores	6	1
Total do ativo circulante		<u>1.475</u>	Impostos e contribuições a recolher	7	<u>2</u>
			Total do passivo circulante		<u>3</u>
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimento	5	<u>1.541</u>	Capital social	8	3.066
Total do ativo não circulante		<u>1.541</u>	Prejuízos acumulados		<u>(53)</u>
			Total do Patrimônio Líquido		<u>3.013</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>3.016</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>3.016</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INVICTUS PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO
DE 9 DE JANEIRO DE 2019 (INÍCIO DAS ATIVIDADES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2019</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Receita de prestação de serviços		-
Despesas gerais e administrativas	9	(59)
		<hr/>
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(59)
		<hr/>
RESULTADO FINANCEIRO	10	9
		<hr/>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(50)
		<hr/>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Corrente		(3)
		<hr/>
		(3)
		<hr/>
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(53)
		<hr/> <hr/>
QUANTIDADE DE AÇÕES		3.066.000
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO em reais		(0,017286)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INVICTUS PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO
DE 9 DE JANEIRO DE 2019 (INÍCIO DAS ATIVIDADES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(53)
Outros resultados abrangentes	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u><u>(53)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INVICTUS PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE 9 DE JANEIRO DE 2019 (INÍCIO DAS ATIVIDADES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 9 DE JANEIRO DE 2019		-	-	-	-
Aumento de capital	8	3.066	-	-	3.066
Prejuízo do período		-	-	(53)	(53)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>3.066</u>	<u>-</u>	<u>(53)</u>	<u>3.013</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INVICTUS PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO
DE 9 DE JANEIRO DE 2019 (INÍCIO DAS ATIVIDADES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro (prejuízo) do período	<u>(53)</u>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa aplicado nas atividades operacionais	-
Varição nos ativos e passivos operacionais:	
Investimento	(1.541)
Fornecedores	1
Impostos e contribuições a recolher	2
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(1.538)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>3.066</u>
Aumento de Capital	3.066
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>1.475</u></u>
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.475
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>1.475</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INVICTUS PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO DE 9 DE JANEIRO DE 2019 (INÍCIO DAS ATIVIDADES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Invictus Participações S.A. ("Companhia" e/ou "Invictus") foi constituída em 21 de junho de 2018, com sede na Rua Pedroso Alvarenga, 691, 16º andar - CEP 04531-011, no Bairro Itaim Bibi em São Paulo/SP, sob forma de Sociedade Empresarial Limitada, e iniciou suas atividades operacionais em 9 de janeiro de 2019.

A Companhia tem por objeto social a compra e venda investimentos e participações societárias, no país ou no exterior, bem como o exercício de direitos relacionados a tais investimentos e participações societárias conforme consta no cadastro da Sociedade Anônima no código e descrição da atividade econômica principal (CNAE).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e o pronunciamento técnico aplicável a Pequenas e Médias Empresas - "PME", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, conforme as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 Moeda Funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é moeda funcional da Companhia.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.4 Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2020.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Instrumentos financeiros

Mensuração de ativos financeiros

Os instrumentos financeiros da Invictus estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registradas no resultado do período.

A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende da estratégia de negócios da Companhia, na qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

3.3 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período refere-se ao imposto corrente. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionada a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social, corrente, são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.5 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo

3.6 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

3.7 Apuração do resultado

O resultado é apurado com no regime de competência, de forma que que as receitas e despesas são incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, independentemente do recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado a partir do lucro líquido do período, incluindo ajustes de avaliação patrimonial.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>
Depósitos bancários	148
Aplicações financeiras	<u>1.327</u>
	<u>1.475</u>

As aplicações financeiras de renda fixa são compostas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e remuneradas com base na variação da taxa do CDI e resgatáveis a qualquer tempo.

5. INVESTIMENTOS

	<u>31/12/2019</u>
Ações CEPISA	42
Ações CERON	288
Ações ELETROACRE	<u>1.211</u>
	<u><u>1.541</u></u>

Refere-se a aquisição de participações minoritárias em empresas do segmento de energia elétrica, inferiores a 20% do capital social da companhia investida, adquiridas ao longo do período de 9 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, onde a Companhia não possui influência significativa nessas empresas e considera tais investimentos como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Tendo em vista que esses investimentos (ativos) não são negociados em mercado organizado e que foram adquiridos durante o período, a Administração entende que o valor de aquisição representa em 31 de dezembro de 2019 a melhor estimativa de valor justo dos ativos, não tendo sido feito, dessa forma, nenhuma outra avaliação ou reconhecimento de resultado por equivalência patrimonial

6. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de fornecedores corresponde as obrigações trabalhistas contratuais, fornecedores de serviços especializados e assessores externos que totalizam o valor de R\$1.

7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações tributárias referem-se aos saldos de IRPJ e CSLL correntes que totalizam o saldo de R\$2.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social total é de 3.180.100 ações ao valor nominal de R\$1, sendo elas 3.066.000 totalmente integralizado e 114.100 a integralizar, pelo único acionista, o PSS Prisma Small Fundo de investimentos em Participações.

	<u>2019</u>	
	<u>Acionista</u>	<u>%</u>
PSS Prisma Small Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Investimento no Exterior	<u>3.066</u>	<u>100,00%</u>
	<u><u>3.066</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2019</u>
Serviços de Técnicos especializados (a)	17
Viagens (b)	41
Despesas tributárias (c)	<u>1</u>
	<u>59</u>

(a) Assistência Contábil e assessoria jurídica e serviços de consultoria conforme NE 5

(b) Referente a custos de deslocamentos e viagens em negociação dos ativos adquiridos pela Companhia

(c) PIS, COFINS e Taxas Diversas.

10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2019</u>
Resultado de aplicações financeiras	<u>9</u>
	<u>9</u>

Refere-se ao valor líquido de despesas de aplicação e impostos, das aplicações financeiras da Companhia durante o período.

11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Como evento subsequente em função da pandemia do Coronavírus, COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde - OMS, houve impacto no mercado mundial e na cotação dos diversos ativos financeiros negociados nas bolsas e mercados de balcão no Brasil e no exterior. Considerando-se que a Companhia está em fase pré-operacional e que não possui investimentos relevantes em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019, a Administração entende que não há impactos reais que possam afetar os números divulgados nas demonstrações financeiras para o período de 9 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019. Assim como não é possível mensurar os efeitos provenientes da pandemia nos negócios da Companhia - a Administração mantém plano de contingência e continuidade de seus negócios, o que assegura a manutenção da Administração e da operação mesmo diante de eventual agravamento da situação.

Invictus Participações S.A.

Felipe Cabral de Freitas

Contador

CRC Nº 1 SP 319100/02

Prisma Small Fundo de Investimento

Repres. Lucas Canhoto - Diretor

CPF

Prisma Small Fundo de Investimento

Repres. João Mendes - Diretor

CPF